



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Aracaju – SE, Ano 32, Edição 1659
26/1 a 1º de fevereiro de 2015

AUDITORIA JÁ

Crise no Cirurgia por falta de repasses municipais pode ter sido ocasionada por rixa político-partidária

“Se está tudo de acordo porque não pedem uma Auditoria do Departamento Nacional do Sistema Único de Saúde?”

■ O imbróglio em torno do Hospital Cirurgia dura anos. Portas fechadas, falta de insumos básicos e população desassistida faz da história de um hospital referência um caos na vida de quem o procura. E um dos motivos pode ser o de a Prefeitura Municipal de Aracaju não estar cumprindo com os contratos e deixando de repassar milhões anualmente.

E a pendenga pode ser de ordem política como bem aponta e questiona o deputado federal, Rogério Carvalho. “Se está tudo de acordo porque não pedem uma Auditoria do Departamento Nacional do Sistema Único de Saúde - De-

nasus -, aqui para o Hospital Cirurgia, em Sergipe?”

Em 16 de agosto de 2013, após representantes do próprio hospital reclamarem no Ministério Público do Estado de Sergipe - MP/SE -, durante uma audiência pública, alegando as razões pelas quais o Cirurgia teria paralisado as atividades, o MP entrou com uma medida liminar, para que o Município de Aracaju pagasse a dívida com o hospital, na época orçada em aproximadamente R\$ 12 milhões.

Débito esse que estaria prejudicando o Cirurgia de viabilizar serviços imprescindíveis, a exemplo da Unidade Vascular - UVA -, referência para pacientes infartados e com problemas vasculares no Estado. Mesmo depois de a Unidade de Saúde retomar alguns serviços, de acordo com as informações colhidas pelo MP, o município vinha retendo, indevidamente, o pagamento dos serviços pres-

tados desde setembro de 2014.

Por isso, na semana passada, o MP, por intermédio dos Promotores de Justiça dos Direitos à Saúde, Nilzir Soares Vieira Júnior, Fábio Viegas Mendonça de Araújo e Alex Maia Esmeraldo de Oliveira requereu, em caráter de urgência, o bloqueio das verbas públicas do Município de Aracaju, na ordem de R\$ 5,1 milhões.

RESPOSTA DA PMA

Coisa que assustou muita gente. Mas, a medida foi tomada para obrigar a Prefeitura a custear os serviços prestados pelo hospital. E, em consequência, reativar o atendimento à população, ora suspenso.

Na última semana, a Prefeitura, em coletiva à imprensa, mostrou uma série de balancetes e fez ponderações a respeito de estar ou não repassando verbas ao hospital. O se-

cretário municipal de Saúde, Luciano Paz, destacou que os pagamentos referentes aos meses de outubro e novembro de 2014, mediante aferição, conforme Portaria 3.410/2013 do Ministério da Saúde, já foram pagos em janeiro.

“A demora do repasse aconteceu porque o Hospital de Cirurgia entrou com uma ação judicial querendo receber o valor do contrato completo, sem a comprovação qualitativa e quantitativa. Inicialmente, a Justiça concedeu e o valor completo foi pago, mas depois conseguimos uma liminar, onde a Justiça Federal acatou a tese de defesa da Procuradoria-Geral do município que defende o cumprimento da Portaria do Ministério da Saúde com a devida comprovação”, assevera. E, de acordo com o secretário, o débito em aberto no valor de R\$ 2.570.116,25 é relativo ao não pagamento do Estado. ■